



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

ÍNDICE

1. INFORMAÇÕES
2. INTRODUÇÃO E OBJETIVO
3. FONTES DE CRITÉRIO, PROCEDIMENTOS E ALCANCE
4. RESULTADOS DO CONTROLE

INFORMAÇÕES

PRESIDENTE: BERTOLINO DE JESUS

Endereço: Rua Comendador Madureira, N 10, Centro – CEP 45.400-000- Valença/Bahia.

Período do exame: FEVEREIRO de 2013.

Número do processo de Controle: 02/2013



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

INTRODUÇÃO E OBJETIVO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 1.120/05 desta corte e de conformidade com o que reza o artigo 74, I a IV, da nossa Lei Magna e no art. 90 I a IV e respectivo parágrafo único da Constituição do Estado da Bahia, apresentamos a Vossa Excelência o Relatório elaborado a partir de constatações relativas ao desempenho da Gestão na área contábil, financeira e administrativa no período de Fevereiro de 2013, com o objetivo de avaliar a adequação das ações e dos controles praticados, certificando-se da observância quanto às normas/legislação e o reflexo dessas operações no âmbito da Câmara Municipal.

FONTES DE CRITÉRIO:

Na execução dos trabalhos, utilizamos, principalmente, as seguintes fontes de critério:

- 1 Constituição Federal
- 2 Lei Federal nº 8.666/1993 e publicações posteriores.
- 3 Lei Complementar nº 101/2000 – estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na Gestão fiscal e dá outras providências.
- 4 Lei do Orçamento nº 2.269/2012 de 20 de dezembro de 2012.
- 5 Resolução 1.120/05 que dispõe sobre a criação, a implementação e a manutenção de Sistemas de Controle Interno nos poderes Executivo e Legislativo e dá outras providências.
- 6 Balancete Contábil
- 7 Demonstrativo Contábil

Os principais procedimentos de controle utilizados foram os seguintes:

- 1 Levantamento de dados orçamentários, financeiros e patrimoniais no Sistema Contábil.
- 2 Exame nos documentos de receitas
- 3 Exame de controles de material permanente
- 4 Exame de controle de material de consumo
- 5 Exames de procedimentos licitatórios e respectivos contratos
- 6 Análise no cumprimento as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

RESULTADOS DO CONTROLE:

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL.

FEVEREIRO / 2013

INTRODUÇÃO:

RELATÓRIO

O Relatório consiste no controle de execução orçamentária, créditos orçamentários e adicionais, financeiros, despesa e receita, gastos com pessoal, bens patrimoniais, veículos e máquinas, almoxarifado, licitações, contratos e convênios, obras e reformas, auxílios e contribuições.

O conteúdo constante do presente relatório consiste na verificação do atendimento à legislação vigente, com suporte documental analítico de posse do setor de Controle Interno, que terão como objetivos:

- 1 Garantir a veracidade das informações e relatórios contábeis financeiros e operacionais.
- 2 Prevenir erros e irregularidades e, em caso de ocorrência destes, possibilitar descobri-los o mais rapidamente possível;
- 3 Localizar erros e desperdícios promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção ao registrarem-se as operações;
- 4 Estimular a eficiência do pessoal mediante a discussão e acompanhamento que se exerce através de relatórios e informações de cada setor.
- 5 Salvar os ativos e, de modo geral, obter-se um controle eficiente sobre todos os aspectos operacionais da entidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

1.EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento para o exercício financeiro de 2013 foi aprovado mediante Lei Municipal nº 2.269/2012 de 20 de dezembro de 2012, estimando a receita em R\$ 4.896.500,00 (Quatro milhões, oitocentos e noventa e seis mil e quinhentos reais) e fixando a despesa em igual valor.

1.1 DO ORÇAMENTO E DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1.1 - PPA – Plano Plurianual:

1 Foi verificado a formalização do planejamento de longo prazo, realizado através da Lei nº 2.007 de 06 de agosto de 2009, publicada no dia 18/12/2009, que dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2010-2013, consistida de metas e objetivos da administração para as ações que oneram as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

1.1.2 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias:

2 Constatei que o Poder Executivo encaminhou à Câmara, no dia 30/03/2012, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO tendo a Câmara examinado o detalhamento do Projeto, constatando que existem metas. Examinou que as metas estão qualificadas e constam no PPA. Verificou o relatório e em seguida aprovou a L.D.O. - Lei Municipal nº 2.247 de 18 de julho de 2012, sendo sancionada no dia 18/07/2012 e publicada no dia 07 de agosto de 2012 pelo Chefe do Poder Executivo.

1.1.3 - LOA – Lei Orçamentária Anual:

3 Constatei que a Lei nº 2.269/2012 que estima a receita e fixa a despesa do Município de Valença, para o Exercício de 2013, sancionada em 27 de dezembro de 2012, foi encaminhada à Câmara Municipal, dentro dos prazos constitucionais, tendo o município dado ciência ao Poder Legislativo, contendo a discriminação da receita e da despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, sendo obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade, tendo a lei sido aprovada e devidamente publicada no Diário Oficial dos Municípios, no dia 28 de



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

dezembro de 2012, cumprindo dessa forma o princípio constitucional da publicidade.

2. DO SISTEMA DE PESSOAL:

O quadro da Câmara não dispõe de servidores contratados temporariamente. O número total de funcionários em 28/02/2013 é de 22 (vinte e dois) servidores, sendo 20(vinte) servidores de provimento efetivo e 02 (dois) servidores de provimento comissionado ocupando cargos de direção, chefia e assessoramento.

Referindo-se aos servidores de provimento em comissão, a nomeação para cargos comissionados guarda as características estabelecidas pela Constituição, verificando-se as atribuições de chefia, direção e assessoramento, atendendo ao limite de vagas fixado em lei, sendo publicadas as portarias de nomeação no órgão oficial do município.

Os registros funcionais e financeiros individuais dos servidores da Câmara estão contidos no sistema informatizado de folha de pagamento, em funcionamento no setor pessoal, onde eletronicamente são mantidos os seus dados pessoais, atos e datas de admissão, cargos que ocupam e funções exercidas, onde estão lotados, o histórico de suas remunerações desde a admissão.

No âmbito da Câmara Municipal de Valença em 30 de abril de 2012 foi concedida aposentadoria ao servidor Antonivaldo Silva Cardim, conforme legislação previdenciária e Portaria de nº 27/2012, porém não existe concessão de pensões relativas aos servidores.

O controle de frequência é realizado pelo Setor Pessoal, que registra através do livro de ponto a assiduidade dos servidores, ficando também responsável pela organização dos arquivos e prontuários, sendo a folha de pagamento elaborada com base nesse registro de ponto.

Quanto à concessão de férias aos servidores, todo procedimento é fundamentado com base no Estatuto e Constituição Federal.

Quanto à concessão de gratificações em folha de pagamento de servidores da Câmara Municipal de Valença, constatamos a existência de amparo legal – arts. 34 e 35 da Lei Municipal nº 1.874/2006, alterada pela Lei municipal nº. 1.966/2008 e art. 77 da Lei Estadual nº. 6.677/94.

De acordo com o artigo nº 79 § 3º da Lei Estadual 6.677/94 foi realizado o pagamento referente ao décimo terceiro salário exercício 2013, de servidores da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

Municipal de Valença.

A Câmara ainda não possui programa de capacitação continuada de servidores, apesar de haver previsão na L. D. O. nº 2.247 de 18 de julho de 2012. Até o dado momento a capacitação dos servidores se limita à participação de cursos individuais e esporádicos, sempre na área a que estão lotados.

2.1 - CONTROLES FUNCIONAIS

Foi observado que a GFIP foi enviada no prazo legal e com todas as informações obrigatórias, não tendo sido efetuado o pagamento dos recolhimentos do I.N.S.S. no mês de fevereiro de 2013. No entanto, a Medida Provisória (M.P.) 447 de 2008 prorroga o prazo para os recolhimentos do I.N.S.S. e do I.R.R.F. para o dia 20 do mês subsequente.

A declaração anual dos rendimentos pagos ou creditados aos servidores no exercício de 2012 foi elaborada e entregue no prazo legal para efeito de ajuste anual do Imposto de Renda. Também foi analisado que os rendimentos pagos ou creditados a título de remuneração por serviços prestados foram informados à Receita Federal no prazo legal. Sendo assim, foi verificada pelos recibos de entrega a comprovação desses cumprimentos pela Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte – D.I.R.F.

2.2 - NA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

No que concerne aos limites imputados à despesa de pessoal pela legislação nacional, devemos expor que:

a) Quanto ao limite estabelecido pelo art. 29-A, §1º, da Constituição Federal (que determina que a Câmara Municipal não gaste mais de setenta por cento de sua transferência anual com folha de pagamento, incluindo-se aí o gasto com o subsídio de seus Vereadores), foi observado que a remuneração dos servidores mais os subsídios dos edis até o mês de fevereiro de 2013, correspondeu a R\$ 370.796,44 (Trezentos e setenta mil, setecentos e noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos). A Câmara recebeu até o mês de fevereiro de 2013 o valor de R\$ 564.000,00 (Quinhentos e sessenta e quatro mil reais). **Comparando a despesa acumulada da folha com o recebimento financeiro, verifica-se que a Câmara despendeu até o mês de fevereiro de 2013, com folha, o percentual de 65,74 %.**



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

Confirma-se, então, que embora próximo do limite de 70%, cumpriu o que dispõe o dispositivo constitucional descrito.

b) A Lei Municipal nº 2.217 de 04 de abril de 2012 fixa o subsídio do vereador em parcela mensal de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) e o do Presidente em parcela mensal de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), com igual valor. Conforme o que estabelece o art. 29, inciso VI, alínea “c”, da CRFB, para o nosso Município, que detém população, segundo contagem populacional realizada pelo I.B.G.E. em 2010, 87.456 habitantes, o subsídio máximo do vereador deve corresponder a 40% do subsídio do deputado estadual. Isto posto, vê-se que tanto o subsídio do Presidente como os demais vereadores se encontram dentro do limite estabelecido pela Constituição Federal.

c) No que concerne ao limite estipulado pelos arts. 19, III e 20, III, a, e, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), observa-se que o valor da Receita Corrente Líquida do Município de Valença no ano (período de março de 2012 a fevereiro de 2013) foi de R\$ 109.278.487,30 (Cento e nove milhões, duzentos e setenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta centavos), tendo a despesa com pessoal de que trata o art. 18 da L.R.F., no mesmo período, alcançado o mês montante de R\$ 1.965.975,71 (Hum milhão, novecentos e sessenta e cinco mil, novecentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos). Acompanhando estes números verifica-se que **o limite dos gastos com pessoal da Câmara no período citado alcançou um percentual de 1,80%**, abaixo, portanto, do limite legal. Diante desse cenário, constata-se que a Câmara está cumprindo com as regras da Gestão Fiscal.

c) Conclui-se, portanto, que os gastos com pessoal estão dentro dos limites estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/00.

3 - DOS BENS PATRIMONIAIS

No mês de fevereiro de 2013 não houve aquisição de bens móveis e imóveis, portanto, não houve incorporação ao patrimônio da Câmara Municipal de Valença.

Não houve incorporações de bens imóveis.

O inventário físico foi realizado pela Comissão de Levantamento de Bens da Câmara. De acordo com a Secretaria do Legislativo, o inventário dos bens é realizado



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

anualmente com o fito de atender ao que predispõe a Resolução TCM BA nº 1.060/2005 (que dispõe sobre o encerramento das contas anuais).

4 - DOS BENS EM ALMOXARIFADO

Não há existência de almoxarifado na Câmara de Vereadores, e sim estoque de materiais destinado ao consumo mensal. Diante da inexistência do setor de almoxarifado, considerando-se a pequena demanda, a Diretora Administrativa foi encarregada a realizar temporariamente o procedimento de registro de entrada e saída de materiais de expediente adquiridos pelo Poder Legislativo. Os referidos materiais estão sendo armazenados nos Setores da Tesouraria e da Copa, até que se instale de forma adequada o setor de almoxarifado.

Com a finalidade de atender a Resolução do TCM nº 1.120/05 deste Tribunal, foi editada a Instrução Normativa que dispõe sobre a orientação dos procedimentos de recebimento, armazenagem, distribuição e controle de entradas e saídas de materiais de consumo no âmbito da Câmara Municipal.

5 - NOS VEÍCULOS E COMBUSTÍVEIS

A Câmara Municipal possui dois veículos em sua frota: uma moto Biz de placa JLW 1524 e um automóvel de modelo DOBLÔ de placa JOU 1385.

Verificando os controles efetuados não foram registrados gastos com combustível (gasolina comum) de acordo com a planilha elaborada pelo responsável do setor de transportes, em veículos a serviço da Câmara Municipal e aos Gabinetes Parlamentares.

O abastecimento dos veículos vem obedecendo ao quanto requisitado pela Presidenta da Câmara, através de autorizações devidamente assinadas e endereçadas ao fornecedor cadastrado no sistema financeiro e contábil. Vale ressaltar, que a controladoria, até a presente data, certificou-se que foi iniciado o processo licitatório referente ao fornecimento parcelado de combustível para os veículos a serviço da Câmara Municipal de Valença, para o exercício de 2013.

OBS: Não foi anexada a este relatório planilha de controle de quilometragem



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

e abastecimento referente ao mês de fevereiro/2013, por não ter havido abastecimento.

6 - NAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

As empresas fornecedoras estão todas cadastradas em sistema de software que aglutina as informações contábeis e financeiras.

A Comissão Permanente de Licitação (CPL), no exercício de 2013, foi composta pelos servidores Clóvis Coutinho Loureiro, Carlos Alberto dos Santos e Teresa Cristina da Costa Baião, sendo presidida pelo primeiro, conforme estabelece a Portaria Cameral nº 03 de 03 de janeiro de 2013.

A Licitação, segundo a Lei 8.666/93, no seu artigo 3º, destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O sistema de controle verificando a necessidade de normatização dos procedimentos recomendou à Comissão Permanente de Licitação, através da C.I. de nº 02 do dia 09/01/2013, que sejam cumpridas as orientações estabelecidas na Portaria de nº 53/2010. Também foram recomendadas estas mesmas orientações à responsável pelas requisições de compras de materiais de expediente, através da C.I. de nº 02 do dia 09/01/2013.

Processo de pagamento do mês de fevereiro de 2013, por Dispensa de Licitação, citados abaixo:

Nº PROCESSO	VALOR	CREDOR	FINALIDADE
39	R\$ 665,00	Telefix – H. R. de Oliveira Júnior	Serviços de Manutenção das Instalações Telefônicas Internas.
40	R\$ 1.462,81	J.W. de Oliveira Comercial de Alimentos Ltda.	Fornecimento de Gêneros Alimentícios e materiais de limpeza.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

44	R\$ 3.000,00	Instituto de Pesquisas Municipais.	Gerenciamento Eletrônico e Digitalização de documentos.
73	R\$ 665,00	Telefix – H. R. de Oliveira Júnior	Serviços de Manutenção das Instalações Telefônicas Internas.

Processos de pagamento do mês de fevereiro de 2013, por Inexigibilidade, citados abaixo:

Nº PROCESSO	VALOR	CREDOR	FINALIDADE
45	R\$ 3.500,00	Consiga Assessoria e Consultoria Ltda.	Assessoramento e consultoria pela alimentação e gerência de informações referentes ao SIGA.
46	R\$ 4.200,00	ST Consultoria LTDA.	Consultoria em Tecnologia da Informação.
56	R\$ 3.500,00	Consiga Assessoria e Consultoria Ltda.	Assessoramento e consultoria pela alimentação e gerência de informações referentes ao SIGA.
61	R\$ 4.200,00	ST Consultoria LTDA.	Consultoria em Tecnologia da Informação.

Processos Homologados até o mês de fevereiro de 2013, por Dispensa de Licitação e Inexigibilidade, citados abaixo:



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO	TIPO DE CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL	CREDOR	FINALIDADE
01/2013	Inexigibilidade Nº 01/2013	R\$ 42.000,00	CONSIGA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.	Serviços Técnicos profissionais especializados para assessoramento e consultoria aos setores responsáveis pela alimentação e gerência de informações referentes ao SIGA.
02/2013	Dispensa de Licitação nº 01/2013	R\$ 7.980,00	H.R. DE OLIVEIRA JÚNIOR - TELEFIX	Serviços especializados de manutenção de rede e instalações telefônicas internas.
03/2013	Dispensa de Licitação nº 02/2013	R\$36.000,00	INSTITUTO DE PESQUISAS MUNICIPAIS	Serviços de digitalização e gerenciamento eletrônico de documentos relacionados à atividade administrativa e parlamentar.
04/2013	Inexigibilidade nº 02/2013	R\$ 50.400,00	S.T. CONSULTORIA LTDA.	Serviços especializados de Consultoria em Tecnologia da Informação.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

05/2013	Dispensa de Licitação n° 03/2013	R\$ 1.462,81	J.W. COMERCIAL DE ALIMENTOS.	Fornecimento de material de consumo.
13/2013	Dispensa de Licitação n° 07/2013	R\$ 7.810,00	MARCELO BATISTA GOMES REIS	Serviços Especializados de manutenção de rede e equipamentos de Informática.

Após exame efetuado nos processos pagos e homologados relacionados acima, correspondentes aos contratos por dispensa de licitação e inexigibilidade foram observados os seguintes pontos:

- Os contratos por dispensa e inexigibilidade foram realizados com base em requisições e autorizados pela autoridade competente, sendo as justificativas aprovadas pela Administração. Destaque-se que a deliberação acerca das contratações diretas é de competência do gestor que poderá ou não aprovar o pedido do setor solicitante. A inexigibilidade envolve um juízo discricionário do Administrador, que, diante da situação concreta, deixa de realizar a licitação para melhor atender ao interesse público em razão da natureza especial e singular do serviço pretendido. A escolha do profissional adequado à prestação do serviço a ser contratado, da mesma forma, passará pela análise subjetiva do Administrador, a quem cabe avaliar a notoriedade de sua especialização e sua adequação à necessidade administrativa. Acerca de tal juízo, que pretende atender a uma situação singular, não caberá valoração emitida pelo órgão de controle interno de legalidade. À controladoria cabe averiguar se houve observância dos princípios e normas legais, por parte do gestor.
- A comissão de licitação foi renovada, pela portaria Cameral de nº 03 de 03/01/2013, para este exercício;
- Constam dos processos relacionados acima por inexigibilidade, as



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

justificativas cabíveis, parecer da Assessoria Jurídica, comunicação à autoridade competente. Vale salientar, que houve publicação da homologação e extrato de contrato em imprensa oficial dos processos citados.

- Constam dos Editais de Licitação orçamentos estimados e minutas dos contratos;
- As licitações serão realizadas através da abertura de processos numerados, autorizadas pela autoridade competente e publicadas de forma regular, visto que as deliberações da comissão de licitação em cada processo estão sendo registradas em atas.
- Quanto ao levantamento das necessidades da Administração, para efeito de aquisição, em termos gerais verifica-se o planejamento pela Diretoria Administrativa de forma a evitar o parcelamento das contratações. Verificou-se, ainda, que em tais processos administrativos constam orçamentos apurados em pesquisa. As contratações observam, em termos gerais, a programação financeira de forma a preservar o equilíbrio de caixa.
- Com base na legislação vigente, em especial a Lei 8.666/93 e a Portaria de nº 53/2010, o controle interno já recomendou à administração e comissão de licitação que as aquisições de bens ou serviços devam ser iniciadas com a abertura de processo administrativo regular, mediante solicitação ao Presidente da Câmara Municipal, em que conste setor requisitante; o objeto a ser adquirido e sua destinação, especificando quantidade, unidade e espécie; estimativa de valor com base na apresentação de três orçamentos prévios, levantados e anexados pelo Setor de Compras; e assinatura e identificação do responsável pelo setor requisitante. Entretanto, não foram formalizados os processos administrativos de dispensa de licitação que subsidiassem os processos de pagamento de nºs **64 e 69** deste mês.

Constatou-se que a Comissão de Licitações está informando, através do SIGA,



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

dentro do prazo, ao TCM, todas as informações pertinentes relacionadas a obras e serviços de engenharia. Não houveram obras realizadas na Câmara Municipal.

No mês de dezembro de 2012 foi firmado contrato com base nos dispositivos da Lei 8.666/93 e alterações e Dispensa de Licitação nº 18/2012 com a empresa Ar-Line Comércio e Serviço de Refrigeração Ltda, C.N.P.J. 14.027.853/0001-21 para prestação de serviços manutenção e limpeza geral, com conserto de algumas peças e complemento de gás de 17 aparelhos de ar-condicionado. Entretanto, a empresa citada não apresentou, quando da assinatura do contrato, a certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias. Sendo assim, o controle interno advertiu ao gestor quanto à ausência de tal documento. O gestor, por sua vez, autorizou a execução do serviço e de acordo com a cláusula oitava do contrato 29/2012, suspendeu o pagamento até que a empresa apresentasse a devida Certidão Negativa. Visto que a situação da empresa alusiva à apresentação da certidão foi solucionada em 22/01/2013 e constatando que a administração anterior disponibilizou recursos financeiros, no valor exato dessa despesa, conforme resumo do balancete dezembro/2012 e extrato em conta-corrente da Câmara Municipal de Valença (Banco do Brasil, Ag. 0545-2 e C/C: 4.165-3) no final do exercício de 2012, o gestor autorizou o pagamento em 23/01/2013.

7 - NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Não foi realizada operação de créditos, não existe, portanto, leis autorizativas ou demonstrativos de saldos a serem controlados pelo Sistema de Controle Interno.

8 - CONVÊNIOS

Não efetuou acordos para esse fim.

9 - NOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (RESOLUÇÃO 40).

Nada a declarar.

10 - NOS ADIANTAMENTOS/ DA DÍVIDA.

Não houve regime de adiantamentos (Art. 68 da Lei Federal nº. 4.320/64). Dívida



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

Ativa não se aplica, pois se tratar de Câmara Municipal.

11 - DA RECEITA

As transferências advindas do Poder Executivo ocorreram dentro do prazo conforme termos do art. 168 da Constituição Federal.

A transferência financeira no mês de fevereiro de 2013 foi de R\$ 282.000,00 (Duzentos e oitenta e dois mil reais).

A receita extra-orçamentária no mês citado foi de R\$ 51.194,91 (Cinquenta e um mil, cento e noventa e quatro reais e noventa e um centavos). No controle contábil das operações financeiras extra-orçamentárias não foi constatada nenhuma irregularidade.

Verifiquei a existência de registros bancários e de Tesouraria, tais como boletins de Tesouraria e contas bancárias.

12 - DA DESPESA PÚBLICA:

No mês de fevereiro de 2013 foram emitidos 37 (Trinta e sete) processos de pagamento, todos constando em sua composição as fases de empenho, de liquidação e do pagamento, incluindo nome do credor, o valor exato a pagar, a unidade gestora responsável pelo pagamento, o número da conta bancária e cheque, da nota de empenho e da nota fiscal respectiva, conforme preceitua a Lei Federal nº 4.320/64.

12.1 - Da Execução da Despesa

Demonstramos a Despesa Orçamentária por Órgão de Governo e por função de Governo e a participação absoluta e relativa, para cada uma do tipo acima mencionado, conforme demonstrado na Planilha da Despesa Orçamentária em anexo. (Pasta Prestação de Contas Fevereiro/2013.)

12.2 - Das fases da Despesa

12.2.1 - Empenho

Dos processos analisados, verificou-se que a despesa empenhada está classificada de forma adequada. As notas de empenho estão assinadas pela autoridade competente e



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

pelos responsáveis por sua emissão.

Os empenhos das despesas, em sua maioria, foram emitidos de forma prévia. Os documentos de suporte da despesa pública estão anexados à nota de empenho.

O empenho da despesa observa a fonte de financiamento. A nota de empenho registra as informações básicas exigidas na norma de Controle Interno.

12.2.2 - Liquidação da Despesa

O estágio da liquidação da despesa está sendo observado. A liquidação da despesa se dá através da verificação de entrega de materiais e serviços prestados, o que é atestado pelo servidor responsável na própria nota de liquidação.

12.2.3 - Pagamento da Despesa

Os pagamentos estão sendo realizados mediante cheque nominal pelo seu valor líquido.

Os pagamentos foram realizados mediante emissão de ordem autorizada competente e processada pela contabilidade.

A Despesa Orçamentária é aquela realizada pela Administração Pública para a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, para a produção, aquisição ou constituição de bens que integrarão o patrimônio público ou para o uso da comunidade, devidamente autorizada por Lei.

A Despesa Empenhada até o mês em exame importou em R\$ 1.546.126,38 (Hum milhão, quinhentos e quarenta e seis mil, cento e vinte e seis reais e trinta e oito centavos) equivalendo a 31,57 % em relação ao Total da Despesa Orçada Fixada.

A Despesa Liquidada até o mês em exame importou em R\$ 442.310,62 (Quatrocentos e quarenta e dois mil, trezentos e dez reais e sessenta e dois centavos) equivalendo a 9,03% em relação ao Total da Despesa Orçada Fixada.

A Despesa Paga até o período em exame importou em R\$ 442.010,62 (Duzentos e trinta mil, oitocentos e setenta e seis reais e dois centavos), equivalendo a 9,02% em relação ao Total da Despesa Orçada Fixada.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

Os dados acima demonstram que a Despesa Empenhada até o mês em análise foi maior que a Receita de Duodécimo transferida no valor de R\$ 564.000,00 (Quinhentos e sessenta e quatro mil reais). Vale salientar que a Câmara recebe do Executivo valor fixo a título de Duodécimo, por isso a administração pode autorizar empenhar todas as despesas relativas a pessoal e contratos assumidos pelo gestor para todo o exercício, sendo assim, ela atende o disposto no §1º, do art. 1º, da LRF, mantendo o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas.

É importante destacar que a diferença de R\$ 3.700,00 (Três mil e setecentos reais) existente entre a despesa empenhada / liquidada e a despesa paga no exercício de 2012 corresponde a restos a pagar processado decorrente de contrato com a empresa Ar-Line Comércio e Serviço de Refrigeração Ltda, C.N.P.J. 14.027.853/0001-21, devido a não apresentação, quando da assinatura do contrato, da certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias. Sobretudo, constatou-se que a administração disponibilizou recursos financeiros, no valor exato dessa despesa, conforme resumo do balancete dezembro/2012 e extrato em conta-corrente da Câmara Municipal de Valença (Banco do Brasil, Ag. 0545-2 e C/C: 4.165-3) no final do exercício de 2012.

12.3 - CONTROLE DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Os processos de pagamento referentes à concessão de diárias foram realizadas com base nas determinações da Lei Municipal nº. 2.035 de 24 de novembro de 2009, onde institui novo regime de concessão de diárias no âmbito da Câmara Municipal de Valença.

Foram realizados os seguintes pagamentos a título de diárias para o Presidente, Vereadores e demais Servidores no mês de Fevereiro/2013.

Presidente	Demais Vereadores	Servidores	Valor Total
R\$ 320,00	R\$ 900,00	R\$ 150,00	R\$ 1.370,00

Até o período em análise foi concedido o total de R\$ 2.720,00 (Dois mil, setecentos e vinte reais), referente a diárias que representa 0,48 % da Transferência de Duodécimo Recebida no exercício de 2013.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

13 - DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

No mês em análise foram pagos um total de R\$ 17.703,04 (Dezesseze mil, setecentos e três reais e quatro centavos) de despesas extra-orçamentárias, incluindo-se retenções como I.N.S.S., I.S.S., I.R.R.F., Pensão Alimentícia e Empréstimos em Consignação em Folhas de pagamento de salário de funcionários e subsídios de vereadores. A entidade tem buscado efetuar os pagamentos de retenções e consignações de forma tempestiva.

14 - GESTÃO GOVERNAMENTAL:

* Foi observado o cumprimento das metas previstas no plano plurianual;

* Foi observado que os programas/projetos previstos no PPA constam da LOA e da LDO;

* Através da avaliação sobre a gestão do administrador, verificou-se que tem comprovado a sua legalidade e legitimidade e os resultados quanto à eficiência e eficácia dos programas/projetos executados ou em execução. Sendo assim, em termos gerais destaco a preocupação do gestor no que concerne ao atendimento das normas e princípios constitucionais que norteiam o Poder Legislativo.

Da aplicação das determinações do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual do Município, verifica-se o cumprimento das metas estabelecidas, atingindo-se a eficiência e a eficácia da gestão orçamentária financeira e patrimonial. Vale ressaltar, que houve compatibilidade entre o Orçamento, a Lei de Diretrizes e o PPA.

O controle interno, verificando a necessidade de atender as normatizações estabelecidas pelas Leis: Lei da Transparência 131/2009 e Lei de Acesso à Informação Pública nº 12.527/2011, recomendou à administração através das C.I.'s de nºs 05 e 06 do dia 31/01/2013, respectivamente, que sejam cumpridas as orientações estabelecidas nas referidas Leis.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

15 - DAS OBRIGAÇÕES COM O TCM

15.1 - Envio de informações – SICOB, SIP, SAPPE, LRF-NET e SIGA.

O Tribunal de Contas dos Municípios desenvolveu aplicativos para efetivar o acompanhamento com despesas de extrema relevância (obras, publicidade, pessoal, relatórios de gestão fiscal) além de possibilitar o acompanhamento da execução da receita e despesa dos municípios. Essas informações devem ser prestadas mensais e trimestralmente através do site www.tcm.ba.gov.br, conforme informações seguintes:

15.1.1 - SICOB – Sistema de Cadastramento de Obras e Licitações

Mensalmente, através do SIGA, a Câmara está realizando o cadastramento de informações sobre obras, serviços de engenharia, seus processos de licitação, aditivos, bem como outros itens que façam parte do processo de acompanhamento da realização de obras e/ou serviços de engenharia;

No mês em análise não foram realizadas Obras ou Serviços de Engenharia.

15.1.2 - SIP – Sistema de Informações de Gastos com Publicidade

Mensalmente, através do SIGA, a Câmara Municipal está informando todas as Despesas com Publicidade, conforme tabela a seguir:

MÊS	CREDOR	SERVIÇO	VALOR
FEVEREIRO			
TOTAL			R\$ 0,00

15.1.3 - SAPPE – Sistema de Acompanhamento de Pagamento de Pessoal

Mensalmente, através do SIGA, a Câmara está realizando o cadastramento de informações sobre as despesas realizadas com os seus servidores, bem como, dados sobre os pagamentos de pessoal efetuados para controle por parte da Câmara.

15.1.4 - LRF-NET – Resolução 1.065/05 do Tribunal de Contas dos Municípios

Aplicativo onde é apresentado o Relatório de Gestão Fiscal (quadrimestral), para



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

observância da execução orçamentária e fiscal em consonância aos princípios estabelecidos pela Constituição Federal e pela 4.320/64, as diretrizes traçadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e princípios geralmente aceitos de Contabilidade no intuito de promover uma gestão fiscal mais transparente.

Até a presente data foi observado, por este sistema de controle interno, o cumprimento do prazo determinado pela Lei Complementar nº 101/00, quanto à publicação do Relatório de Gestão Fiscal, Anexo I, referente às despesas com Pessoal, Terceiro Quadrimestre Exercício de 2012.

15.1.5 - ENVIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E AUDITORIA - SIGA

É importante destacar a excelente ferramenta que é o SIGA no momento em que visa otimizar os procedimentos auditoriais a cargo do T.C.M., que, reduzindo o espaço de tempo entre a ocorrência do fato e o exame de sua regularidade, concorre para evitar a continuidade de danos e prejuízos porventura incidentes sobre o erário municipal.

De acordo com a Resolução TCM nº 1. 255/07 de 25 de julho de 2007, a Câmara Municipal de Valença vem fazendo o processo de remessa eletrônica dos seus dados cadastrais, de demonstrativos mensais de receita e despesa, de processos correspondentes à execução orçamentária da receita e despesa e de dados relativos a contratos, atos de pessoal, na forma e nos prazos estabelecidos nas normas do Tribunal de Contas.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

CONCLUSÃO

Procuramos, no presente RELATÓRIO, focar os principais aspectos da gestão administrativo-financeiro, orçamentário e patrimonial com clareza e objetividade, colocando-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários. Realizamos o exame das receitas, despesas, contratos, e demais atos praticados pela Câmara Municipal de Valença, com a finalidade de verificar a regularidade da execução orçamentária, financeira e operacional deste ente, verificando o atendimento aos princípios da legalidade e supremacia do interesse público. Os registros e documentos examinados traduzem adequadamente a execução orçamentária de responsabilidade do gestor. Ao evidenciarmos as fragilidades, buscamos antes de qualquer medida administrativa, corrigi-las com objetivo de reforçar a efetividade dos gastos públicos em benefícios da sociedade. Atestamos que a documentação do mês de Fevereiro de 2013 encaminhada a esta 17ª Inspeção sediada na cidade de Valença-BA submeteu-se à devida análise por parte da Controladoria do Poder Legislativo.

É o relatório e parecer.

Valença - Bahia, 28 de fevereiro de 2013.

CAROL GOMES FARIAS NEGRÃO
Controladora Interna



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

ATESTADO

Em obediência ao quanto prescrito no art. 21, da Resolução TCM – BA nº 1.120/2005, ATESTO, para os devidos fins de direito, que tomei conhecimento do relatório emitido pelo Controlador Interno, referente ao mês de Fevereiro de 2013.

Valença-Ba, 28 de fevereiro de 2013.

Bertolino de Jesus

Presidente da Câmara Municipal de Valença